

COMO ERA GOSTOSO
O MEU BRASIL
o olhar da França sobre o
Brasil do século XVI

Sandra Pesavento

Nosso jovem país completa 500 anos, meio milênio de existência, e o que nos afeta é ainda a pergunta ancestral: de onde viemos? quem somos? Nós, os brasileiros e esta Terra Brasilis como nos apresentamos, em termos de reconhecimento, para nós mesmos e para os outros? A questão, que remete à tão debatida problemática da identidade, nos faz pensar que esta comunidade simbólica de sentido é tanto um aparato mental de coesão social quanto condição atribuída. Ou seja, o que nós somos não é apenas uma representação auto-construída, como também fruto de uma designação “desde fora”. Dito ainda de forma mais simples, a concepção do “nós” identitário pressupõe a enunciação da diferença e a existência de uma alteridade. Nós existimos porque existem outros, diferentes, e a maneira como os outros nos vêem é também a nossa realidade.

Falemos, pois, deste olhar do outro, que enuncia a diferença por uma retórica da alteridade. Remontemos ao século XVI, centúria que se inicia com a descoberta da terra e que segue seu curso com a exploração, conquista e assentamento de colonização. Escolhamos uma destas construções de representação “desde fora”, um dos olhares viajantes que se voltaram sobre a nova terra descoberta. Tomemos os franceses, aqueles europeus sempre definidos nas fontes portuguesas como aventureiros, entrelopos, invasores, a disputar com os lusos a posse da terra, a amizade dos índios, o comércio do pau-brasil.

O olhar do viajante espelha, como diz Beluzzo¹, a condição de nos vermos pelos olhos dos outros, assim como nos possibilita a que entendamos melhor este outro.

Estabelece-se, assim, uma verdadeira “retórica da alteridade”², na qual se constroem relações de proximidade e distância e que tecem os significados: o outro é aquilo que eu não sou, estabelece aquilo em que eu sou mais ou em que sou diferente, tal como define a parcela na qual sou semelhante. A experiência da alteridade dada pelo defrontamento com o outro é capaz de construir representações do estranhamento, tal como as designações do exótico, do pitoresco, do maravilhoso, do terrível...

Mas os franceses, como nos viram? Como foram capazes de, diante da revelação da América e da constatação de finitude do mundo, como foram capazes de, olhando o outro, enfrentarem a defasagem de tempo e de espaço e revisarem os seus conceitos, sobretudo a respeito de si próprios?

A rigor, para a França, a descoberta da América e, sobretudo, do Brasil marca a possibilidade de uma viagem ao interior de si mesmo. À revisão dos espaços do mundo e ao defrontamento com a infinitude aparente das espécies humanas, o processo de representação identitária, pessoal e coletiva é posto em questão.

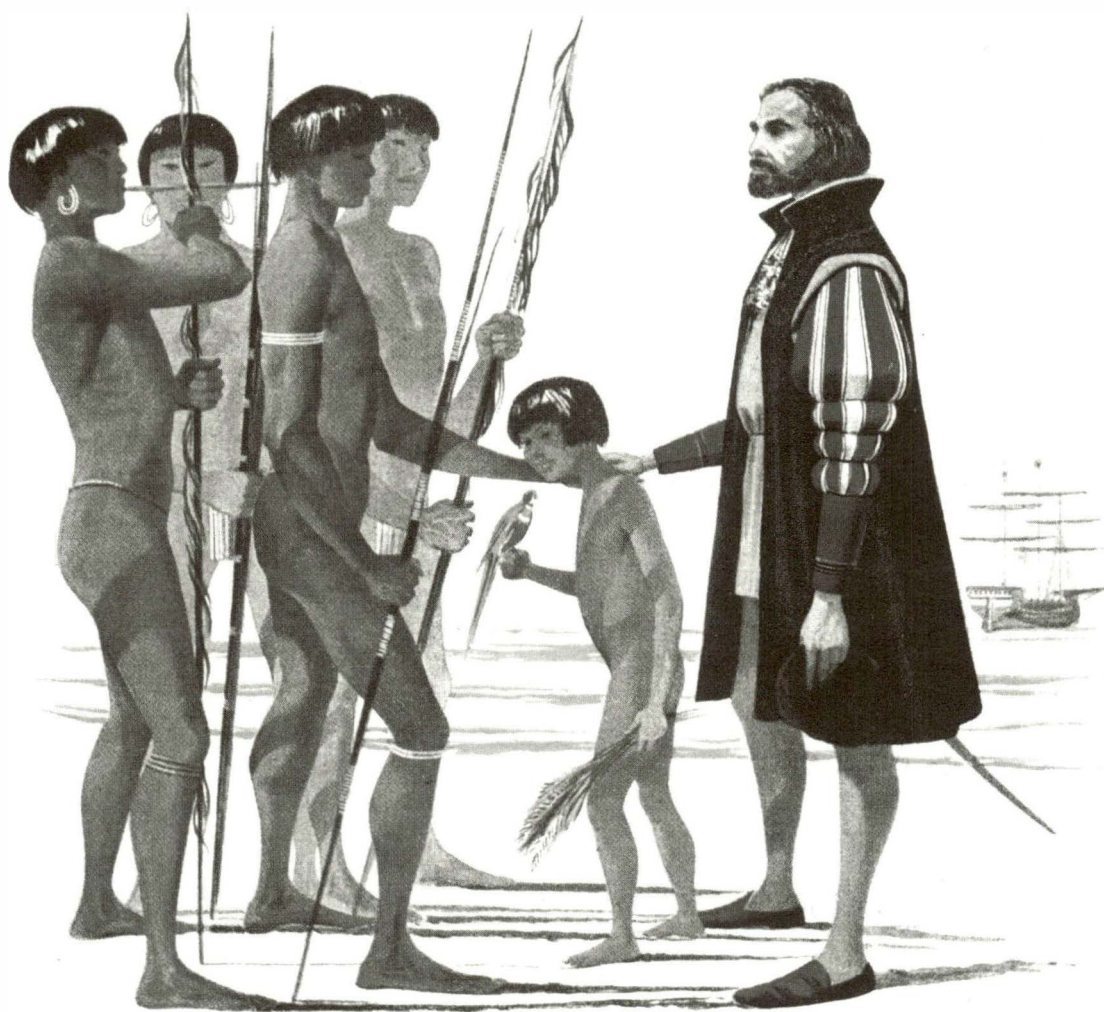
Este caminho de construção do outro para pensar a si próprio começa a ser dado pelos relatos dos viajantes que percorrem as novas terras descobertas. É um olhar que torna próximo o distante, trazendo o “não visto” e o não experimentado através da narrativa e da imagem, que contribuem para tornar “real” o imaginário sobre o Brasil, e, como foi dito, a própria visão do europeu sobre si próprio, “revendo-se” no outro.

No caso francês, este processo de significação tem início com a viagem do comerciante normando Binot Paulmier de Gonneville, que, saindo do porto de Honfleur em 1503, atingiu a costa brasileira em janeiro de 1504, na altura do rio São Francisco do Sul, em Santa Catarina, recebendo boa acolhida dos índios carijós.³ O relato de sua viagem é extremamente significativo, porque coloca os franceses ao lado dos portugueses, na investigação e exploração da nova terra descoberta, desde os primórdios do século XVI.

¹ BELUZZO, Ana Maria de Moraes. O olhar dos viajantes. *Revista da USP*, O Brasil dos viajantes, São Paulo, EDUSP, n. 30, jul./ago. 1996. p. 10.

² Para usar a expressão de François Hartog (*Le miroir d'Hérodote*. Paris: Gallimard, 1991).

³ PERRONE-MOISÉS, Leyla. O Brasil “descoberto” pelos franceses. *Revista da USP*, op. cit., p. 86.



Paulmier de Gonneville e seu filho adotivo, o índio brasileiro Essomérico.

⁴ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil - 1502-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 51 *et seq.*

Os selvagens são definidos como “gente simples”, logo “cativados por festas e presentes” que os navegantes lhes dão.⁴ A curiosidade é mantida por ambas as partes, seja do lado dos homens da Europa renascentista que faziam as navegações de longo curso, seja pelos nativos, a se maravilharem com os hábitos e coisas desconhecidas que os brancos europeus portavam.

Não havendo registro de canibalismo ou nudez total, a visão de selvagens pacíficos e afáveis não perturba ou agride o viajante europeu, e só no litoral baiano, no prosseguimento da navegação, é que encontram índios ferozes.

Na volta à Europa, após o naufrágio próximo à costa normanda, no qual se perderam os desenhos feitos sobre os habitantes da terra por um dos tripulantes, os sobreviventes chegaram a Honfleur em 1505, onde o capitão deixou relação documentada de sua viagem.⁵ O texto de Gonneville não circulou em sua época, e é somente pela recuperação atual de tal texto que se pode fazer uma leitura desses primeiros contatos, indicando a “impressão batismal” do “bom selvagem”.

Os contatos da França com o Brasil, forçando a recuperação do olhar do outro sobre a terra e seus habitantes, têm prosseguimento com a “festa brasileira”, realizada em Rouen em 1550, para recepcionar o rei Henrique II e a rainha Catarina de Médicis.

Mais uma vez, a Normandia comparece nessas relações ultramarinas, agora com um acontecimento festivo no qual é encenada a “realidade” da terra brasileira, com uma teatralização onde comparecem índios tupinambás ao lado dos normandos, todos nus. As representações imagéticas dessa festa, expressa em gravuras, iluminuras e baixos-relevos esculpidos, tanto em madeira de carvalho, preservados no Museu de Rouen, como no friso em pedra da igreja de Dieppe, assim como nos textos que se referem ao evento⁶, dão as premissas para a fixação de um estereótipo: selvagens nus, cordiais, afáveis, prestativos.

O espetáculo dos índios sempre dispostos a dançar e a auxiliar os franceses no abate do pau-brasil permite à França renascentista repensar temporalidades e culturas. Uma sociedade primitiva se oferece como a imagem do “eu sou você ontem” e força a pensar na idéia de uma “idade de ouro” da humanidade.

Os índios nus, que, como referira o entusiasmado Caminha, não tapavam as suas “vergonhas”, fazem lembrar um estado de natureza e inocência que remete ao Paraíso antes da Queda. O imaginário medieval do Paraíso Terrestre mistura-se à possibilidade de ver emergir o passado no presente, mas, em momento algum, esta analogia se estabelece no discurso sobre o Brasil diante de um primitivo que leva a repensar as temporalidades.

Há que ter em conta que, tanto nas viagens de Gonneville quanto na festa brasílica de Rouen, há o envio de indígenas a “serem vistos”. A França quer observar tais seres distintos de zonas distantes e, ao mesmo tempo, tão próximos de um passado original idealizado.

Um passo adiante nesse mesmo século XVI se dá com a instalação da França Antártica, colônia fundada em Cabo Frio, no Rio de Janeiro, em 1555, sob a inspiração do almirante Gaspar de Coligny, chefe do partido protestante francês, e efetivada pela ação do comandante Nicolas Durand de Villegaignon.

Se, nessa empreitada, os franceses foram auxiliados pelos tupinambás, seus aliados, tiveram, desde logo, de enfrentar a oposição dos portugueses, auxiliados pelos índios tupiniquins. Fortalece-se com isso a imagem de que há índios maus (os tu-

⁵ Obras citadas de Leyla Perro-ne-Moisés.

⁶ BELUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. 2. ed. São Paulo: Objetiva/Metalivros, 1999. p. 26-35.

piniquins, aliados dos portugueses) e os índios bons (os tupinambás, aliados dos franceses).

Mas o grande impulsionador do imaginário francês sobre o Brasil foi André Thevet, franciscano simpatizante com o protestantismo, que desembarcou com Villegaignon em 1555 e que deixou de sua viagem os dois primeiros livros ilustrados sobre o Brasil: *As singularidades da França Antártica*, publicado em 1557, e *Cosmografia universal*, de 1575.⁷ Vindo a tornar-se cosmógrafo do Rei e capelão de Catarina de Médicis, sua obra teve grande difusão, tornando conhecida uma certa imagem do Brasil.

A visão de Thevet vem acrescentar o ingrediente do exótico na *Terra Brasilis*. Não são somente os homens que são diferentes, com hábitos estranhos: também a flora e a fauna apresentam formas inusitadas que enriquecem o conhecimento sobre a diversidade das espécies.

Como esclarece Beluzzo⁸, o exótico, o estranho, o extraordinário despertam a curiosidade, a admiração, exigem a descrição minuciosa e a preocupação de um espírito de observação, típico do Renascimento, mas a descrição assume os contornos do ‘inexplicável’. Do tucano ao bicho preguiça e deste ao peixe-voador, passando pelo abacaxi e pelo cauí, tudo o que é descrito evoca a Natureza e o Criador que a tutela. Logo, não é exatamente o pensamento científico que ordena seu olhar viajante, mas, antes, o filosófico-religioso. Não se indaga a causa, admira-se o efeito maravilhoso e estranho de algo que está acima da compreensão humana. Mesmo assim, esta outra terra e estas outras gentes são observadas e classificadas segundo as referências conhecidas, que estabelecem as analogias, aproximações e contrastes.

Assim, os índios em geral serão considerados mais puros ou ingênuos, porque mais próprios do estado de natureza e, na sua conformação, são comparados com os povos conhecidos. Desta forma é que Caminha comenta sobre uma certa superioridade das mulheres indígenas sobre as européias, ou que Gonneville compara os selvagens com os egípcios ou os boêmios (!).⁹

Por vezes, a inocência indígena é associada à ignorância, o que leva Thevet a considerá-los “pobres criaturas”¹⁰, que se davam ao grande trabalho de cortar as madeiras, embrenhando-se nos matos, e a carregá-las até o litoral para entregá-las aos franceses em troca de bugigangas.

Se escapa a Thevet que, no escambo praticado, eram intercambiados bens igualmente valiosos para as duas culturas – o pau brasil, de um lado, e as tais bugigangas, caras aos tupinambás, de outro –, resta a constatação de que todas as considerações eram feitas a partir do olhar do outro, autocentrado nos seus códigos de valores. Assim, os caracteres incomuns, exóticos, monstruosos ou maravilhosos só o eram porque tomados em relação a cânones precisos.

⁷ BELUZZO, Ana Maria de Morais. *O Brasil dos Viajantes*. Op. cit., p. 36.

⁸ Idem, p. 37.

⁹ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte luas*, p. 104.

¹⁰ THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, EDUSP, 1978. p. 144.

Mais difusão ainda teria a obra de Jean de Léry, *História de uma viagem feita à Terra do Brasil*, publicada em 1578. Integrando um grupo de calvinistas que, em 1557, veio ao Brasil para reforço colonizador à experiência da França Antártica, Jean de Léry passou um ano na terra, em contato com os tupinambás. No seu regresso à Europa, escreveu a obra que iria superar os relatos anteriores.

Primeiramente, há um deslocamento da visão religiosa que, criadora da natureza e dos homens, escapava à compreensão humana em seus desígnios e lógicas, tal como se apresentava no relato de Thevet.

Léry inaugura um olhar impregnado de humanismo e que trabalha com as diferenças de cultura. Neste sentido, aprofunda a construção da alteridade brasileira diante do olhar europeu, mas resguarda o esquema de referências básicas da identidade europeia matriz.

Assim, a positividade da imagem do índio – sua força, bravura – é dada pela sua representação figurativa que o aproxima dos cânones de um desenho clássico. As formas dos tupinambás são apolíneas, verdadeiras exibições de uma anatomia idealizada. A aparência saudável é destacada por Thevet e Léry, mas é ostensivamente revelada por este último ao leitor através da exibição de gravuras detalhadas. As mulheres, com longos cabelos soltos, assemelham-se às representações da figura feminina clássica. O desenho é, sobretudo, renascentista, e até daria a pensar que elas fossem loiras...¹¹

Thevet celebra o bom selvagem, mas o vê como ignorante, preguiçoso e propenso à luxúria. Já o texto de Jean de Léry, antes de condenar seus hábitos, procura explicá-los e entender a especificidade de seus costumes. Com isto, inaugura uma universalidade do olhar que possibilita uma reflexão sobre a diferença.

Se a forma dos seres selvagens do Brasil é estabelecida à imagem e semelhança das proporções clássicas ideais, seus costumes também se referem, mas por distanciamento, ao padrão de conduta estabelecido.

Eles são diferentes, estes outros da *Terra Brasilis*, mas, por serem estranhos, não devem ser condenados, *a priori*. O saldo geral é de uma terra linda, sedutora e onde a questão que mais discussão iria gerar está praticamente ausente: o canibalismo.

Ora, quando da publicação da obra de Jean de Léry, já se tinha conhecimento do relato da viagem de Hans Staden, publicada em 1557, na Alemanha, onde este narrava, com detalhes, a sua experiência na “Terra dos Canibais”.¹²

Esse assunto de grande impacto estava apenas sugerido em uma das gravuras de Léry, onde se visualizam os índios guaranis, de arco, flecha e tacape, tendo em segundo plano, no chão, a cabeça decepada de um inimigo. Resto de festim ou simples resultado da guerra?

¹¹LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972.

¹²STADEN, Hans. *A verdadeira história dos selvagens nus e ferozes devoradores de homens*. 2. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.

¹³BELUZZO, Ana Maria de Morais. *O Brasil dos viajantes*, p. 53.

De qualquer forma, Hans Staden torna conhecidos os hábitos da antropofagia, mas são as publicações de Théodore de Bry, na coleção “Voyages”, editada em Antuérpia, que difundem a visão dos canibais. Conforme Beluzzo¹³, Bry não é viajante, mas seria o gravador responsável pelas ilustrações e pela edição dos relatos de viagens realizadas na época a terras distantes, entre as quais as realizadas ao Brasil por Jean de Léry e Hans Staden. É alguém que não viu, mas que publica as obras dos que viram, lá estiveram e deixaram relatos.

Trata-se de trabalho gráfico que reinterpreta textos e imagens de outras obras que dão muita força à prática da antropofagia, tal o realismo das cenas, onde homens, mulheres e crianças devoraram os pedaços das vítimas. A força da exposição visual polemiza a imagem do Brasil e força a designação identitária: verdadeiros selvagens, bárbaros, cruéis?

Mas, ao mesmo tempo, as imagens são capazes de traduzir muita leveza, com a gravura que abre a coleção das grandes viagens, com a representação de três índias a dançar, ao centro de uma roda, abraçadas, a lembrar a composição clássica das três Graças...

Quem levaria mais longe esta reflexão sobre o outro seria Michel de Montaigne, nos seus *Ensaio*s, publicados em 1580. Montaigne introduz o relativismo no pensamento humanístico da época e antecipa a postura de que a construção do “eu” se viabiliza pela contemplação do “outro”. Mesmo não sendo um viajante, o filósofo põe em causa a diversidade humana em seus tipos, hábitos e costumes, tecendo considerações sobre a relatividade dos valores que classificam os povos e os hierarquizam, para intuir e se questionar sobre a existência de valores humanísticos universais¹⁴.

¹⁴TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Suas reflexões sobre os canibais se dão a partir do que chama “este outro mundo, que foi descoberto em nosso século no local onde Villegaignon tomou a terra que ele denominou França Antártica”¹⁵. Não é por acaso que Montaigne parte dos gregos em suas considerações sobre os bárbaros para daí chegar aos selvagens. Ao nomearem os outros povos como bárbaros, os gregos tinham a si próprios como parâmetros de civilização e de cultura. E, ao classificar os habitantes do Brasil como “selvagens ou bárbaros”, a Europa também se tomava como modelo, fazendo universais os seus valores específicos.

¹⁵MONTAIGNE, Michel de. *Essays*. I. Paris: Le Livre de Poche, 1972. p. 303.

Todavia, a França tinha muito que aprender com o Novo Mundo descoberto, e a população originária do Brasil estava a demonstrar que era possível viver de outro modo, com poucos recursos, sem artificialismos, e satisfazer-se com isso.

Relativizando os preconceitos eurocêtricos, Montaigne afirmava não haver nada de bárbaro ou de selvagem naqueles povos e que cada um chamava de bárbaro aquele que não tinha os mesmos costumes. Se os índios brasileiros eram antropófagos,

filosofava Montaigne, era porque fazia parte de sua cultura matar um prisioneiro por vingança e, ao mesmo tempo, praticar o canibalismo ritual como uma forma de incorporar as virtudes guerreiras do sacrificado. Apelando a exemplos bem recentes na sua época, Montaigne ponderava sobre o que seria mais bárbaro: comer um homem após ser morto ou despedaçá-lo vivo e torturá-lo?

Na mesma linha de pensamento, Montaigne recupera uma canção indígena, na qual se conclamavam os guerreiros a partilharem do canibalismo ritual, em versos nos quais se celebrava uma espécie de ciclo da vida, onde a carne de um – o sacrificado – se perpetuava na do vencedor, que do outro se alimentava.¹⁶

Mesmo a poligamia é relativizada por Montaigne, que recorre desta vez a exemplos bíblicos e da Antigüidade. Por que não pensar, sob um outro ângulo, que os ditos selvagens eram valentes guerreiros e tinham grande afeição por suas mulheres? Trata-se, sem dúvida, de um ponto de vista, mas que repunha a questão da relatividade das apreciações sobre os povos.

Em uma certa medida, a reflexão sobre o outro americano, e, em especial, apoiada no Brasil, tem dois efeitos, constituídos no século XVI. O primeiro deles é a construção de um imaginário centrado no exótico, no predomínio da natureza sobre a cultura e na acentuação da diversidade de costumes, com certo fascínio e apelo que, desde então, tem-se renovado através dos tempos, chegando a compor um estereótipo difundido.

Em uma outra medida, a visão francesa coloca em pauta a diversidade e introduz o relativismo, diante das diferenças culturais. Tal pensamento estimula, por sua vez, o desenvolvimento de um espírito crítico que, porém, repõe o debate sobre a identidade e a alteridade, o particular e o universal.

Refletindo sobre o Brasil, a França repensa a si própria, revisando as bases da própria cultura.

A relação entre nós e os outros é questão que é contemporânea e que se apresenta também a nós, 500 anos passados desde aquela “descoberta”, que nos leva a pensar, reiteradamente, em “redescobertas”.

¹⁶MONTAIGNE, Michel. Op. cit. p. 316.